



Sociedade e Setor florestal exigem alternativas para o corte de verbas no PEPAC

Redução de 44% nos apoios para a floresta coloca em causa gestão florestal e a prevenção de fogos rurais

A Reprogramação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para Portugal no período 2023-2027 que está em negociação com Bruxelas afetará a sociedade pelo abandono crescente da floresta.

Apesar dos significativos pareceres desfavoráveis no Comité de Acompanhamento e de várias [posições públicas](#), incluindo [conjuntas](#), contra os cortes no investimento florestal constantes da terceira Reprogramação do PEPAC, esta foi submetida à Comissão Europeia, de acordo com [comunicação formal](#) do passado dia 15 de outubro.

Desde então não houve, até ao momento, qualquer diálogo entre o Ministério da Agricultura e as entidades do setor florestal e as declarações recentes do Ministro da Agricultura a [comunicação social](#) desvalorizam os cortes realizados.

O Orçamento do Estado para 2025 proposto à Assembleia da República não contém qualquer proposta que permita, de forma explícita, identificar uma alternativa que equilibre os cortes realizados no PEPAC.

Vinte e duas organizações representativas da sociedade e do setor florestal uniram-se para **apelar ao Governo que encontre alternativas, em outros instrumentos de financiamento público, para o corte realizado nas intervenções de apoio à floresta na terceira Reprogramação do PEPAC.**

Estas organizações defendem, também, que a discussão do **Orçamento do Estado para 2025 na especialidade deverá contribuir para encontrar soluções de financiamento para a floresta**. Os apoios públicos são indispensáveis para garantir que a floresta seja gerida de forma a manter as funções de proteção da água, biodiversidade, solo, sequestro e armazenamento de carbono, assim como a manutenção de emprego e criação de valor.

É urgente iniciar um **diálogo entre o Ministério da Agricultura e as organizações que representam o setor florestal e a sociedade, de modo a encontrar soluções** para o reforço do investimento público em gestão florestal.

As organizações subscritoras

[A ROCHA](#), Associação Cristã de Estudos e Defesa do Ambiente

[ADPM](#), Associação de Defesa do Património de Mértola

[AEPGA](#), Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino

[Almargem](#), Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve

[ANP/WWF](#), Associação Natureza Portugal

[Baladi](#), Federação Nacional de Baldios

[Centro PINUS](#), Associação para a Valorização da Floresta de Pinho

[CNA](#), Confederação Nacional de Agricultura

[FENAFLORESTA](#), Federação Nacional das Cooperativas de Produtores Florestais, FCRL

[FNAPE](#), Federação Nacional das Associações de Proprietários Florestais

[Forestis](#), Associação Florestal de Portugal

[Fórum Florestal](#), Estrutura Federativa da Floresta Portuguesa

[GEOTA](#), Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

[LPN](#), Liga para a Proteção da Natureza

[Minha Terra](#), Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

[Oikos](#), Cooperação e Desenvolvimento

[Palombar](#), Conservação da Natureza e do Património Rural

[Quercus](#), Associação Nacional de Conservação da Natureza

[Resipinus](#), Associação de Destiladores e Exploradores de Resina

[SPEA](#), Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

[SPECO](#), Sociedade Portuguesa de Ecologia

[ZERO](#), Associação Sistema Terrestre Sustentável